



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE PROCURADOR DO ESTADO DE SERGIPE

PROVA DISCURSIVA P2 – QUESTÃO 2

Aplicação: 3/12/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

- O princípio republicano é um princípio constitucional sensível (CRFB/1988, art. 34, VII), ou seja, eláusula pétrea e de observância obrigatória pelos estados. São elementos característicos do princípio republicano a eletividade dos governantes, a temporariedade dos mandatos (equivalente: alternância) e a responsabilidade dos agentes públicos (equivalente: accountability). Considerar, em acréscimo, como elemento característico do princípio republicano: a isonomia ou a igualdade entre as pessoas.
- 2 As exceções ao princípio republicano só podem ser estabelecidas na própria Constituição Federal (CF), salvo disposição expressa em contrário na própria CF. Essas exceções são, portanto, normas de reprodução proibida nas Constituições estaduais (equivalente: ausência de simetria).
- A imunidade do chefe de Estado à persecução penal (CF, art. 51, I) é artigo da CF que contém uma exceção ao princípio republicano (por não observar os princípios da igualdade; e da *accountability* dos agentes públicos e da separação de poderes). Não há previsão/autorização de que seja reproduzida no âmbito estadual. Por ser exceção a princípio constitucional sensível, só pode ser estabelecida na própria CF e não pode ser reproduzida nas Constituições estaduais, ou seja, os estados não podem condicionar a persecução criminal do governador à prévia autorização da assembleia legislativa.